

## **Videoconferência Internacional**

**"Em defesa da educação, a ciência e a cultura, ao serviço dos nossos povos e nações"**

**1 de dezembro de 2020 – países iberoamericanos**

Mário Nogueira  
Secretário-Geral da FENPROF – Portugal

Companheiros e Companheiras,

Em primeiro lugar, agradecemos o convite que nos foi enviado e saúdo os presentes e, em vosso nome, todos os docentes e investigadores dos vossos países. Hoje, para nós, decorrem e informo que estou a repartir a participação nesta importante conferência com outra não menos importante para nós, a do comité sindical europeu de educação.

Uma nota prévia: hoje é um dia muito importante para Portugal e por isso é feriado: assinala-se o dia em que recuperámos a nossa independência, em 1640, libertando-se Portugal, após 60 anos, de ocupação pelo estado espanhol. Hoje somos vizinhos e amigos e assim é que é correto.

Abordam-se nesta conferência três áreas importantíssimas para o progresso e o desenvolvimento de qualquer nação: Educação, Ciência e Cultura. Três áreas que estão sempre presentes no discurso dos nossos governantes, mas muito ausentes nos seus atos. Faltam sempre investimento e recursos, que seriam indispensáveis para garantir um futuro melhor, mas há sempre uma justificação para não o fazerem.

O problema de subfinanciamento da Educação e da Cultura, no nosso país, não foi criado pela pandemia. Já existia e era grave. Em Portugal, a Educação, que no início do século chegou a valer 5,1% do PIB, valeu em 2019 e 2020 apenas 3,4%. Temos em curso uma campanha de exigência de 6%; a Cultura valeu em 2020 pouco mais de 0,3%. A campanha em curso no nosso país exige 1% do PIB para a Cultura. Também o ensino superior e ciência estão subfinanciados e vivem muito à custa de financiamentos da União Europeia, o que significa sujeitarem-se às suas regras e assentarem em elevados níveis de precariedade de docentes e investigadores.

A pandemia tornou ainda mais evidentes e graves os problemas que existiam: a Cultura entrou em completa rutura e falência, com muitos agentes da cultura já em situação de grande desespero; na Educação os problemas arrastam-se, com destaque para a degradação das condições de trabalho, o envelhecimento galopante dos profissionais e a perda de atratividade de uma profissão que os professores mais jovens estão a abandonar e os jovens que entram no ensino superior não escolhem. O país está a começar a viver uma grave falta de professores em algumas áreas, havendo alunos que desde que começaram as aulas, em setembro, ainda não tiveram professores de algumas disciplinas.

Também as condições de segurança sanitária nas escolas são insuficientes: não há distanciamento dentro das salas de aula; não foram constituídas turmas mais reduzidas; não foi reforçado o pessoal auxiliar para garantir a limpeza e desinfecção que a situação exige; só raramente são feitos rastreios à Covid-19 nas escolas, mesmo quando há infetados, o que significa não identificar muitos assintomáticos, e, mesmo assim, percentualmente, o aumento de infeções na população em idade escolar, em seis meses (maio a novembro) cresceu mais do dobro do que acontece na população em geral. De um estudo feito pela FENPROF conclui-se que face à insuficiência das medidas impostas, mais de 90% dos professores sentem preocupação ou medo quando estão nas escolas e são menos de 10% os que se sentem seguros. A FENPROF não defende o regresso ao ensino a distância pelas dificuldades e desigualdades que agravou, mas exigimos condições de segurança sanitária e reforço de recursos que o governo teima em não aceitar.

Mas o problema maior, para além da pandemia, é que em nome da pandemia há governos que pretendem limitar direitos e pôr em causa, até, as normas mais elementares de relacionamento democrático.

Aqui vivemos esse grave problema: o governo bloqueou, há muito tempo, todas as linhas de diálogo e negociação com os sindicatos. O diálogo social está bloqueado, não existe, desde meados de 2018 (há mais de dois anos), e apesar de a negociação coletiva ser obrigatória por lei, o ministério da Educação não respeita a lei, como não respeita os professores e as suas organizações sindicais.

Apesar da pandemia e apesar dos confinamentos, totais ou parciais, de uma coisa estamos certos: a Covid-19 não suspendeu os direitos de quem trabalha e não suspendeu a sua luta. Como tal, com todos os cuidados de segurança sanitária que são necessários, continuaremos a travá-la. Nos próximos dias 2 e 3 estaremos no Parlamento, onde iremos pedir uma forte intervenção junto do governo para quebrar o bloqueio negocial; no dia 11 de dezembro, os professores vão fazer greve se, até esse dia, se mantiver esse bloqueio.

Companheiros e Companheiras,

Os professores estão a ter um papel importantíssimo em toda esta crise sanitária que atravessamos à escala global e estão a ser determinantes na resposta que, mais uma vez, o serviço público está a dar, como sempre acontece nos momentos mais difíceis em que outros se escondem e desaparecem. Esse empenhamento dos professores reforça a sua legitimidade para exigirem e lutarem pela valorização das suas condições de trabalho, por respeito pelos seus direitos socioprofissionais e por um efetivo diálogo social que, em Portugal, como já afirmei antes, não existe.

Só através do diálogo e da negociação será possível construir uma Escola Pública de qualidade, para todos e todas, inclusiva e gratuita.

Obrigado pela vossa atenção e mais uma vez pelo convite.